



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

DIRETORIA DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Contratação de Prestação de Serviço para Alinhamento e Balanceamento e Troca de Pneu, consultas e procedimentos especializados para a Divisão de Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Monte Sião/MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ALINHAMENTO PARA VEÍCULO LEVE	SV	180	R\$ 75,05	R\$ 13.509,00
BALANCEAMENTO PARA VEÍCULOS LEVES	SV	197	R\$ 74,47	R\$ 14.670,59
SERVIÇO DE TROCA DE PNEUS PARA VEÍCULOS LEVES	SV	199	R\$ 25,76	R\$ 5.126,24
ALINHAMENTO PARA VEÍCULO PESADO	SV	60	R\$ 125,49	R\$ 7.529,40
SERVIÇO DE TROCA DE PNEUS PARA VEÍCULOS PESADOS	SV	81	R\$ 67,19	R\$ 5.442,39
BALANCEAMENTO PARA VEÍCULOS PESADOS	SV	33	R\$ 126,50	R\$ 4.174,50
			Valor Total:	R\$ 50.452,12

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência do consórcio se encerra no exercício financeiro do ano do contrato.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

1.5. Os critérios de sustentabilidade devem se basear no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

DIRETORIA DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

Vistoria

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- Início da execução do objeto: da emissão da ordem de serviço 48 (quarenta e oito) horas;

Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

- as ordens de serviço serão emitidas, solicitando à empresa que preste os serviços – recolhimento do mesmo para o local designado pela contratada para a prestação do serviço, no prazo de 48 horas;
- relatório completo acerca do serviço realizado (certidão de retirada do veículo, condições em que foi entregue o veículo para manutenção, tempo da prestação do serviço e peças utilizadas na manutenção);
- recebimento do serviço prestado pelo fiscal designado;

Local e horário da prestação dos serviços

Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

- O Local de Prestação dos Serviços deverá ser apresentado após designação da licitante vencedora.

Rotinas a serem cumpridas

A execução contratual observará as rotinas abaixo:

Materiais a serem disponibilizados

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades necessárias para o cumprimento perfeito do objeto.

Uniformes

1.6. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o contratante.

1.6.1 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

1.7. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

1.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias, mediante simples apostila.

1.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

DIRETORIA DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

1.10. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

1.11. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

1.12. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

1.13. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

1.14. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

1.15. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

1.16. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#));

1.17. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

1.18. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

1.19. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

1.20. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

1.21. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

1.22. O preposto (se nomeado) deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

1.23. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

1.24. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO

DIRETORIA DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

1.25. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

1.26. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

1.27. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, sendo que na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

1.28. Para efeito de recebimento pelos serviços, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

1.29. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

1.30. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

1.31. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

1.31.1 A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

1.31.2 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

Gestor do Contrato

1.32. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

1.33. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

1.34. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

1.35. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

DIRETORIA DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

1.36. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

1.37. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

1.38. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

1.39. A avaliação da execução do objeto será realizada por meio de relatório do fiscal do contrato definido pelo departamento.

1.40. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

1.40.1 não produzir os resultados acordados;

1.40.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

1.40.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

1.41. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

1.42. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

A efetiva prestação do serviço.

Do recebimento

1.43. Os serviços serão recebidos pelos fiscais técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#)).

1.44. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

1.45. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

1.46. Para efeito de recebimento dos serviços prestados:

1.46.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

1.47. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

1.48. A fiscalização não efetuará o ateste da medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas como falha na prestação do serviço ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO

DIRETORIA DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

1.49. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

1.50. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

1.51. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

1.52. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

1.53. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

1.54. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de vinte dias úteis para fins de liquidação.

1.55. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.56. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 1.56.1 o prazo de validade;
- 1.56.2 a data da emissão;
- 1.56.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 1.56.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 1.56.5 o valor a pagar; e
- 1.56.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

1.57. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

1.58. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

1.59. A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

1.60. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

1.61. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

DIRETORIA DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

1.62. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

1.63. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

1.64. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até vinte dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

1.65. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

1.66. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

1.67. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

1.68. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

1.68.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

1.69. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

1.70. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão Eletrônico com base na lei 14.133/21, com o critério de julgamento menor preço – formando ata de registro de preços.

Exigências de habilitação

1.71. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

d) Cadastro Municipal de Empresas Punidas - CMEP;





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO

DIRETORIA DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

1.72. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

1.73. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

1.74. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

1.75. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

1.76. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por todos meios eletrônicos disponíveis, nos documentos por ele abrangidos.

1.77. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação e encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

1.78. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

1.79. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

1.80. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

1.81. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

1.82. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.83. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.84. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.85. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.86. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

1.87. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.88. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIAO

DIRETORIA DE SAÚDE

www.montesiao.mg.gov.br

Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 1.89. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 1.90. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
- 1.91. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 1.92. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;
- 1.93. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 1.94. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 1.95. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 1.96. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 1.97. O custo estimado total da contratação é de R\$ 50.452,12 (cinquenta mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais e doze centavos).

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 1.98. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 1.99. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gabinete
Programa: 0055 – Governando para todos
Ação: 2000 – Gestão das atividades – Gabinete
Ficha: 008 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Saldo atual: R\$ 50.000,00.



Defesa Civil

Programa: 0011 – Defesa Civil

Ação: 2334 – Gestão das atividades – Defesa Civil

Ficha: 051 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo atual: R\$ 5.000,00

Administração

Programa: 0001 – Gestão Pública de Qualidade

Ação: 2004 – Gestão das Atividades – Administração

Ficha: 066 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo atual: R\$ 125.000,00.

Administração – Polícia Civil

Programa 004 – Preservação de Ordem Pública

Ação: 009 – Apoio as Atividades de Policiamento – Pol. Civil

Ficha: 085 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo atual: R\$ 30.000,00.

Administração – Polícia Militar

Programa: 0004 – Preservação de Ordem Pública

Ação: 0034 – Apoio as Atividades de Policiamento – Pol. Militar

Ficha: 090 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo atual: R\$ 15.000,00.

Educação – Diretoria

Programa: 0018 - Gestão Compartilhada

Ação: 2027 – Gestão das Atividades – Diretoria de Educação

Ficha: 311 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo atual: R\$ 150.000,00.

Educação – Ensino Fundamental

Programa: 0022 – Leva e Traz Escolar

Ação: 2378 - Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

Ficha: 344 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo Atual: R\$ 2.500.000,00.

Educação – Ensino Infantil

Programa: 0022 – Leva e Traz Escolar

Ação: 2431 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil

Ficha: 376 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo atual: R\$ 600.000,00.

Educação – Esporte

Programa: 0051 – Programa Vida e Saúde

Ação: 2338 – Desenvolvimento e Práticas Esportivas

Ficha: 486 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo Atual: R\$ 150.000,00.

Agricultura – Diretoria

Programa: 0054 – Agricultura em Ação

Ação: 2085 – Gestão das Atividades – Agricultura

Ficha: 256 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo Atual: R\$ 10.000,00.

Agricultura – Apoio ao Agricultor

Programa: 0034 – Comida Boa

Ação: 2213 – Apoio ao Agricultor Familiar

Ficha: 270 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo Atual: R\$ 25.000,00.

Agricultura – Comida Boa

Programa: 0035 – Campo na Cidade

Ação: 2090 – Promoção da produção agropecuária

Ficha: 273 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo Atual: R\$ 25.000,00.



Obras Urbanas

Programa: 0016 – Desenvolvimento para o Progresso

Ação: 2093 – Gestão das Atividades – Obras Urbanas

Ficha: 145 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo Atual: R\$ 35.000,00.

Obras Rurais

Programa: 0017 – Caminhos da Roça

Ação: 2096 – Manutenção das atividades dos Serviços Rurais

Ficha: 190 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo Atual: R\$ 588.000,00.

Promoção – Bolsa Família (Cad. Único)

Programa: 0028 – Fortalecimento dos Conselhos

Ação: 2056 – Manutenção das Atividades do Cadastro Único

Ficha: 734 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo Atual: R\$ 10.000,00.

Promoção – CRAS

Programa: 0089 – Proteção Social Básica

Ação: 2303 – Manutenção das Ações do CRAS

Ficha: 774 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo Atual: R\$ 78.800,00.

Promoção – CREAS

Programa: 0090 – Proteção Social Especial

Ação: 2301 – Manutenção das Atividades do CREAS

Ficha: 794 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo Atual: R\$ 15.000,00.

Promoção – Conselho Tutelar

Programa: 0027 – Gestão de Políticas Assistenciais

Ação: 2077 – Apoio as Ações do Conselho Tutelar

Ficha: 831 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo Atual: R\$ 15.000,00.

Saúde – PAB/PSF

Programa: 0007 – Saúde prevenida população saudável

Ação: 2018 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica

Ficha: 596 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo Atual: R\$ 500.000,00.

Saúde – Transporte de Pacientes

Programa: 0006 – Transporte de Saúde com Qualidade

Ação: 2151 – Manutenção das Atividades Transporte de Pacientes

Ficha: 620 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo Atual: R\$ 770.000,00.

Saúde – Vigilância Sanitária

Programa: 0012 – Vigilância em Saúde

Ação: 2022 – Manutenção das Atividades – Vigilância Sanitária

Ficha: 693 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo Atual: R\$ 50.000,00.

Serviços Urbanos – Diretoria

Programa: 0061 – Braço Amigo

Ação: 2145 – Gestão de Atividades – Serviços Urbanos

Ficha: 201 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo Atual: 100.000,00.

Serviços Urbanos – Braço Amigo

Programa: 0061 – Braço Amigo

Ação: 2417 – Gestão de Atividades – Braço Amigo

Ficha: 211 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Saldo Atual: R\$ 300.000,00.



Serviços Urbanos – Limpeza Pública
Programa: 0009 – Limpeza Eficiente
Ação: 2123 – Gestão das Atividades – Limpeza Pública
Ficha: 211 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Saldo Atual: R\$ 150.000,00.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subseqntes será indicada spós aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante .

Monte Sião, 13 de janeiro de 2025.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável de forma eletrônica.



PREFEITURA DE MONTE SIÃO

RUA MAURÍCIO ZUCATO, N 111 - CENTRO - CNPJ: 22.646.525/0001-31

MONTE SIÃO/MG - CEP 37580-000

FONE: (35) 3465 3053



CÓDIGO DE ACESSO

0F5B01040EAA4051A12DBEFDB39297EC

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- ✓ Assinante: VIVIAN DE LIMA KAUFFMANN em 13/01/2025 11:14:54
CPF:***.***.166-03
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO - ROOT
- ✓ Assinante: GABRIEL VAZ RODRIGUES em 13/01/2025 11:35:30
CPF:***.***.828-54
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO - ROOT
- ✓ Assinante: EDIR DONIZETE VERGILIO VERONEZ em 13/01/2025 15:55:14
CPF:***.***.156-18
Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO - ROOT
- ✓ Assinante: ISABELA FRANCIELLE VOLPINI MESSIAS em 20/01/2025 09:02:19
CPF:***.***.846-29
Certificadora: MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://montesiaopmflowdocs.sgpcloud.net:8092/public/assinaturas/0F5B01040EAA4051A12DBEFDB39297EC>